

## “VIVER POUCO COMO UM REI OU MUITO COMO UM ZÉ”: JUVENTUDES E MASCULINIDADES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

### **Carla Jéssica de Araújo Gomes**

*Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -  
UFC, carlajessicagomes@alu.ufc.br*

### **Gabriella Celestino Lemos Furtado Gondim**

*Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -  
UFC, gabilemos09@gmail.com.*

### **Elisabeth Maria Oliveira dos Santos**

*Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do  
Ceará - UFC, profelisabeth2santos@gmail.com*

### **Fernanda Naiara da Frota Lobato**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal do Ceará -UFC, fernandanaiarafl@gmail.com*

### **João Paulo Pereira Barros**

*Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do  
Ceará - UFC, joaopaulobarros@ufc.br*

## **Resumo**

O presente capítulo objetiva discutir questões sobre masculinidades e performatividade de gênero acionadas durante as experiências de quatro bolsistas mulheres na realização de um projeto de extensão nos anos de 2018 e 2019, cujo participantes foram adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, formado majoritariamente por meninos negros e periféricos. Foram realizados 26 encontros em que se discutiram temas ligados à área dos direitos humanos, violências,

racismo, resistências e responsabilização juvenil. Essa experiência foi possibilitada pela parceria interdisciplinar entre os projetos de extensão Histórias Desmedidas, desenvolvido pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, e Traficando Saberes, promovido pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV), ambos vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC). Metodologicamente, partimos de cenas-analisadoras, registradas por meio de diários de campo, para pensar interseccionalmente como o exercício da masculinidade hegemônica cis-hetero-branca-cristã-burguesa possibilita e mantém o domínio sobre sexualidades e expressões de gênero de corpos dissidentes. Refletimos a partir da articulação de autores e autoras do campo da Psicologia Social e da interseccionalidade, além de outras epistemologias que se voltam para as questões de sexualidade e gênero. A partir das cenas analisadas, foi possível perceber a reprodução de lógicas normativas de um modelo fechado de masculinidade produzidas e marcadas pela violência, pelo combate a aspectos entendidos como “femininos” e pela performatividade de diversos atributos e atitudes que afirmariam a virilidade destes adolescentes, sendo a lgbtfobia um dos produtos dessa lógica.

**Palavras-chave:** Juventudes, Masculinidades, Violência, Sistema Socioeducativo.

## Introdução

### Tecendo caminhos entre homens-jovens e Estado: quem tem direito a ser jovem no Brasil?

A noção de humanidade fundada pela modernidade inaugura pontos de confluência entre os efeitos do capitalismo, machismo e racismos gestados durante o seu processo de conquista, exploração e desenvolvimento de países como o Brasil. Estes processos estão ancorados em concepções universalizantes e essencialistas sobre o conceito de humanidade, a fim de subalternizar, estigmatizar, segregar e excluir uma pluralidade de experiências e modos de vida para demarcar diferenças estruturais e binárias no sistema-mundo do atual século XXI. Compreendemos que o Estado, como um dos pilares da modernidade, protagoniza antigas práticas de subalternização de, especificamente, jovens negros e empobrecidos, ao mesmo tempo em que não os coloca como figurantes, mas como protagonistas-vilões de uma guerra a qual não existe interesse em cessar ou firmar acordos de paz. Escrevemos na mesma semana em que aproximadamente - pois ainda não foi apurado - 28 jovens negros moradores da favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro são executados pelos braços militarizados do Estado. 28 jovens brasileiros executados com o argumento de “*operação policial para identificar o aliciamento de menores para o tráfico de drogas*”<sup>1</sup>, tomados como vidas não passíveis de luto por amplos segmentos populacionais subjetivados por vetores autoritários e reacionários que defendem a morte sumária de “envolvidos” ou “suspeitos”. Refletir, portanto, sobre a reencenação colonial, como afirma Kilomba (2019), a partir de suas políticas do medo e da invenção/objetificação/criminalização/aniquilação do outro, enquanto ela não nos dá trégua para que seja possível elaborar minimamente e acolher as dores, também faz parte deste trabalho.

1 A chacina foi noticiada como operação policial, mesmo quando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 365, conhecida como “ADPF das Favelas” e expedida pelo ministro Edson Fachin durante a pandemia da Covid-19, proibia operações policiais em favelas do Rio de Janeiro. Portanto, essa “operação” realizada durante nove horas seguidas na manhã do dia 6 de maio de 2021, aconteceu de maneira ilegal.

Uma pergunta nos mobiliza: Como as tecnologias de poder ligadas às ações do Estado nas periferias urbanas estabelecem marcos de reconhecimento que afirmam ou negam a condição de “adolescente” e “jovem” sujeito de direito? Por isso, tentamos cartografar aproximações entre homens jovens e Estado, partindo do que Berenice Bento (2018) formula sobre *necrobiopoder*, no qual esse Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade. Assim como, para Fanon (2008), a noção de humanidade não é totalizadora e harmônica, mas sim permeada de tensões sobre *quem é e quem não merece ser humano*. As juventudes negras e empobrecidas do Brasil ocupam um lugar no Estado de suspeição e descartabilidade, ao passo que as juventudes ricas e brancas gozam do status de cidadãs e dos benefícios estruturais e geracionais da condição de sujeitos a serem protegidos. Lélia Gonzalez (2020) também nos guia para a compreensão de como o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a neurose cultural brasileira, constituindo lugares sociais naturalizados para as juventudes negras, como as prisões, as margens e os alvos das práticas repressivas e normalizadoras do Estado.

As questões para esse artigo emergem da experiência de dois projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará, chamados Histórias Desmedidas e Traficando Saberes. O primeiro está ligado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), coordenado pelo psicólogo e professor João Paulo Pereira Barros, do Departamento de Psicologia, e o segundo, fundado pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV-UFC), sendo coordenado pelo sociólogo e professor Luiz Fábio Paiva, do Departamento de Ciências Sociais. Ambos trabalham em parceria desde 2018, realizando oficinas sobre direitos humanos e perspectivas de vida com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Fortaleza.

Portanto, partimos de “cenas-analisadoras” que mobilizam imagens de controle sobre juventudes, masculinidades, crimes, violências, afetos, gênero, raça e classe, sendo inerente, assim, a interseccionalidade como ferramenta analítica dessa reflexão. Objetivamos discutir que masculinidades são acionadas nas cenas analisadas e refletir sobre a produção de modos de ser jovem na intersecção em raça, gênero, classe e território frente ao contexto de violência armada e políticas públicas de assistência em Fortaleza. São três campos temáticos de

reflexões, além de uma homenagem a dois jovens assassinados no Ceará durante o ano de 2019 e 2021. O primeiro ponto traz uma cena chamada “Close, feminilidade e controle”, fazendo-nos refletir como as tensões de gênero aparecem diante das masculinidades aqui cartografadas; o segundo traz uma cena que convoca para o centro do debate as “disputas entre vida e morte”, pensando como a relação entre matar e morrer pode ser estreita; já o terceiro ponto remonta “Famílias, cuidado e trabalho”, apresentando uma bricolagem de cenas que nos ajuda a cartografar as linhas que tecem a colcha de retalho afetiva que tece juventudes em periferias urbanas de Fortaleza. De alguma forma, em breve apresentadas, estas cenas nos apresentam o campo minado que jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Ceará se encontram e, assim como em tantos encontros na extensão, questionam evocando os Racionais Mc’s na música Vida Loka Parte II: “Que ‘cê quer? Viver pouco como um rei ou muito, como um Zé?”.

## Sobre as Medidas Socioeducativas em Fortaleza

O Sistema Socioeducativo brasileiro pode ser pensado a partir de marcos históricos constitucionais relevantes de serem pontuados aqui<sup>2</sup>. De 1927 para 2021, passamos pela implementação do Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o atual Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Quando o ECA, em 1990, e o SINASE, em 2012, foram instituídos, a ideia de “responsabilização do adolescente autor do ato infracional” foi fortalecida e o distanciando - teoricamente - do ideal de culpabilização e penalização inscrito no Código do Menor também. A luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é constante, uma vez que inúmeras são as violações. Em 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) notificou o Ceará por grave violações de direitos humanos no Sistema Socioeducativo, nas quais as apurações de tortura e morte no sistema foram mote para tal notificação. Nos inserimos, enquanto extensionistas, nas medidas de meio aberto, que apresentam alguns desafios para quem está cumprindo e as equipes técnicas dos CREAS. Até esse ano de 2021, o Ceará tem seis CREAS,

2 A partir do que discutem Rizzini (2005), Fialho (2006), Costa (2006) e Pinheiro (2001) .

sendo necessário 13 CREAS segundo a Resolução nº 18/2013 do CNAS<sup>3</sup>. Além disso, a frequência escolar ainda é um desafio para esses jovens, considerando a maior vulnerabilidade social e a rejeição de várias escolas a acolhê-los.

## Metodologia

Para a realização dos encontros que estimularam esse trabalho, os projetos se organizam no modelo de oficinas temáticas semanais com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) em um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) da cidade de Fortaleza. Os grupos formados nas edições conjuntas dos projetos, em 2018 e 2019, tiveram a proposta comum de discutir sobre temáticas relacionadas ao cotidiano e à trajetória dos jovens, investindo na partilha de experiências e na invenção de novos projetos de futuro através de experiências horizontais, democráticas e afetivas (LOBATO *et al.*, 2021). Esses temas foram permeados pelo diálogo sobre o que são os direitos humanos e quais significados conseguimos, nós e os jovens, atribuir a eles, pensando no cumprimento de medidas socioeducativas e na ideia de responsabilização.

As oficinas foram divididas entre oficinas internas e externas ao ambiente do CREAS, pois entendemos que circular com os jovens pela cidade e visitar espaços de arte e cultura também são estratégias potentes de des/re/transterritorialização. Desenvolvemos um planejamento dos temas e das metodologias das oficinas para acolher também as demandas trazidas durante os encontros e o perfil de cada grupo, sempre tecendo o trabalho a partir das trocas dialógicas com jovens partícipes das oficinas. Ao final de cada encontro, tínhamos o lanche, que era um momento importante para tecer outros diálogos e fortalecer vínculos. No ano de 2018, foram realizados 12 encontros, com frequência semanal, que contaram com a participação de 16 jovens (todos do gênero masculino e entre 15 e 18 anos)

---

3 A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social afirma que os municípios com mais de 200 mil habitantes devem ter um CREAS para cada conjunto de 200 mil habitantes. Por isso, considerando os aproximadamente 2,643 milhões de habitantes em Fortaleza, a capital deveria ter 13 CREAS.

e 4 familiares destes jovens (1 irmão, 2 mães e 1 namorada). Já em 2019, foram realizados 14 encontros, também semanalmente, que contaram com a presença de 9 adolescentes entre 15 e 17 anos (8 do gênero masculino e 1 do gênero feminino) e 3 familiares (1 mãe, 1 irmão e 1 irmã).

Um aspecto crucial na realização dos projetos foram as parcerias traçadas, as quais potencializaram as oficinas tanto na âmbito da infraestrutura, com o apoio da prefeitura, que nos possibilitou realizar o projeto dentro do equipamento do CREAS, e de entidades não-governamentais, que contribuíram financeiramente no transportes para as oficinas externas e na realização do lanche; quanto na realização das oficinas, quando recebemos artistas-oficineiros da cidade para facilitar oficinas de colagem, graffiti, rap e diversas linguagens artísticas. O espaço do CREAS pode ser compreendido como zona fronteira na territorialização de Fortaleza, uma vez que mesmo com as tentativas de não aproximar adolescentes de grupos rivais, não tem estrutura para realizar de fato a separação e evitar confrontos.

Outra ferramenta metodológica utilizada foram os diários de campo (MEDRADO; SPINK; MELLO, 2014), que nos auxiliam no registro das atividades e nas reflexões acionadas e na análise de nossas implicações no processo, permitindo avaliações processuais das ações. Através deles, destacamos algumas cenas-analisadoras que nos auxiliarão a analisar as pistas identificadas na experiência dos dois anos de projeto sobre performances de masculinidades por juventudes marginalizadas. Assim, revisitamos diários de campos, anotações, fotos, vídeos e memórias dos encontros na extensão, considerando que são documentos possíveis de construir categorias analíticas após a organização e tratamento dos dados qualitativos. O diálogo entre Ciências Sociais e Psicologia também é propulsor das interpretações aqui iniciadas, fundamentado na interseccionalidade enquanto dispositivo de investigação crítica a um sistema de opressões interligadas, o qual nos fornece caminhos para pensarmos como as encruzilhadas das relações de poder influenciam nas relações sociais (AKOTIRENE, 2018). Compreendemos o potencial dessa ferramenta como produção de feministas negras desenvolvida desde do século XVIII. Como relembra Akotirene (2018, pág. 19) “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”.

## Resultados e discussão

O contexto de *faccionalização* no Ceará, é discutido por diversos pesquisadores e pesquisadoras do estado, dentre eles, Paiva (2019) parte da ideia certeaniana das “maneiras de fazer”, considerando o crime “uma maneira de fazer o cotidiano e a cidade por meio da ação coletiva de pessoas envolvidas de maneiras diferentes em coletivos reconhecidos, socialmente, como “facções”” (p. 167). As transformações sociais do crime apontam para as tensões nas margens conceituais do estado, as quais são espaços onde a lei e outras práticas estatais são colonizadas por necessidades urgentes de sobrevivência política e econômica (DAS; POOLE, 2008). O signo de representação desses grupos, ora como gangues e ora como facções, mantém o homem - e, especificamente o homem jovem negro empobrecido - como protagonista dos grupos, em que as figuras de “cabra macho” e “bichão” são evocadas para afirmar uma masculinidade diante de outros homens, heterossexuais e viris.

Esse contexto em que se produz uma política de morte localiza os adolescentes tanto na condição de alvos do estado penal brasileiro, sob o signo da suspeição, da criminalização e do encarceramento em centros socioeducativos, quanto na condição de algoz e agente da violência a partir dos grupos armados que disputam controle de espaços e mercados de drogas pela manutenção do *ethos* masculinista e machista nos territórios de Fortaleza, desde os crimes de pistolagem aos recentes crimes com características de crueldade - ambos pesquisados por César Barreira - que vitimam de forma crescente mulheres e corpos que fogem à heterossexualidade e cisgeneridade. Frantz Fanon (2008), no livro “Pele Negras, Máscaras Brancas”, questiona: *O que quer o homem negro?* Articulado, a partir daí, sobre os efeitos do mundo colonial, o mundo branco, na subjetividade dos homens negros que tem sua humanidade retirada e que, diferente dos homens brancos, fazem parte de um não-ser nesse mundo. O homem branco aparece como sujeito, o homem negro como uma negação. Nesse sentido, a pesquisadora Oyewumí (2004) chama a atenção para o gênero como uma construção sociocultural e é assim que queremos compreender as masculinidades aqui, pois a forma como as pessoas transitam por um *padrão de masculinidade hegemônica* são distintas.



## Close, feminilidades e controle

A primeira cena que selecionamos ocorreu durante uma das oficinas de vídeo do grupo de 2019. No dia em questão, o facilitador da oficina estava apresentando alguns dos trabalhos que já havia feito junto ao seu coletivo de audiovisual. Um dos curtas, intitulado “Close”, retrata as narrativas, cotidianos e trajetórias de mulheres trans presas na Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes. Nas cenas do curta, as mulheres dançavam, falavam de suas rotinas de beleza, desfilavam e compartilhavam um pouco de suas histórias. Desde o início, o curta chamou a atenção dos adolescentes, gerando brincadeiras, cochichos e risos entre eles. As “brincadeiras” mais comuns eram apontar uns para os outros para dizer que algum deles era o namorado de uma das detentas ou dizer que um deles parecia com elas. Um dos adolescentes, que era o alvo principal das “piadas”, irritou-se bastante com o que os outros diziam, ameaçando até jogar uma cadeira de plástico nos demais.

Trazemos tal cena para pensarmos sobre o uso de corpos trans como objeto de piada e ofensa, problematizando como a lgbtFOBIA se constitui como uma das linhas que dá suporte e manutenção aos domínios de um ideal de masculinidade frente a outras sexualidades e gêneros (ANDRÊO *et al.*, 2016; VIGOYA, 2018; KIMMEL, 1998). A definição de masculinidade não é desencarnada, única e nem natural, é construída de acordo com o contexto sócio-histórico em que está inserida (VIGOYA, 2018; OYEWUMÍ, 2004; KIMMEL, 1998). Desse modo, não é um atributo dos “homens”, mas relacional. Como não é algo dado e nem natural, deve ser provada e reafirmada diariamente (KIMMEL, 1998).

Em estudo realizado por Albuquerque Júnior (1999), a construção do ideal do homem nordestino no último século, o “cabra macho”, esteve fundamentada na figura do homem valente, viril e violento. A *faccionalização* no Ceará, citada anteriormente, aponta para esse ideal encarnado como forma de provar ser forte, valente e viril. A construção dessa performatividade passa tanto pelo rechaço ao feminino em todas as suas formas, como pela recusa a outras masculinidades (ANDRÊO *et al.*, 2016; VIGOYA, 2018). Desse modo, a lgbtFOBIA e outras demais violências de gênero são um subproduto das normas

de sexo-gênero que hierarquizam e normatizam as relações sociais (ANDRÊO et al., 2016).

Em meio a essas dinâmicas, o corpo feminino trans constitui-se não só como um corpo desviante da norma cis-hetero-patriarcal a ser rechaçado, mas também como essa feminilidade a ser evitada e afastada. Na cena em questão, as “piadas” envolvendo parecer com mulheres trans ou se relacionar com elas possuem um cunho depreciativo entre os adolescentes, pois ameaçam a performatividade e os ideias de sociabilidade dessa masculinidade centrada nos padrões e normas de gênero e sexualidade. Amar ou assemelhar-se a estes corpos que não se encaixam nas fronteiras normativas de sexualidade e gênero é inconcebível, pois isto os colocariam em uma posição inferior e mais humilhante.

### **Masculinidade, Violência, (Auto)Reconhecimento Juvenil e Disputas entre vida e morte**

No ano de 2019, visitamos a exposição “Nomes”<sup>4</sup>, idealizada pelo Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará e o grupo Mães do Curió, no Sobrado José Lourenço, antigo casarão e atual prédio tombado que abriga diferentes linguagens artísticas. Portanto, saímos do CREAS e fomos em direção ao Sobrado, no Centro da cidade, um percurso de cerca de 30 minutos. Fomos de carro particular guiadas pelos caminhos que os adolescentes que iam conosco indicavam, já que a territorialização faccional impõe limites de tráfego. Nos diálogos tecidos durante o trajeto, um dos adolescentes nos contou sobre assassinatos que cometeu e como estes estavam sinalizados na sua pele a partir de tatuagens. Não apenas contou como foram feitos, mas os sentimentos que despertaram nele, como o medo, a insegurança, as expectativas com as consequências do ato e a perturbação subjacente e permanente nos dias após o acontecimento.

4 A exposição “Nomes” dedicou-se a contar um pouco das histórias e trajetórias dos 11 jovens assassinados na Chacina do Curió em 2015, chacina esta que se configurou como a maior ocorrida no Ceará até o ano de 2018. As investigações indicaram que os policiais militares acusados de serem os autores da chacina teriam agido por vingança a morte de um policial durante uma tentativa de assalto no Bairro Lagoa Redonda. Mais informações sobre a exposição no site do CEDECA Ceará.

O primeiro ponto que gostaríamos de refletir nessa cena são as tatuagens e os seus significados. Enquanto nos contava sobre elas, o adolescente demonstrava orgulho por tê-las, pois elas lhe proporcionavam um maior respeito e consideração dentro da facção (PAIVA, 2019) que fazia parte. Inscrevendo na pele esses desenhos, ele tinha mostrado a sua fidelidade e coragem aos demais do grupo. Percebemos também como essas demonstrações são mais intensas para os mais jovens, pois é através delas que eles tentam conquistar espaços na hierarquia dos grupos e provar que agora são “homens de verdade”. Essas ações de matar e morrer põem em cheque uma disputa pela performance de “mostrar que é homem” e também pela sobrevivência cotidiana, uma vez que o crime acaba por colocar comida no prato além de mero reconhecimento. Ser reconhecido como aquele que é corajoso, destemido, forte e viril, e, de certa forma, temido, também tem implicações na sua sobrevivência diante das dinâmicas da violência urbana.

Dessa forma, disputas pelo poder de mando e a prática de homicídios de jovens na periferia, apontam para um cenário complexo de fatores e conflitos inseridos num jogo de rivalidades que anunciam vingança e sobrevivência ao mesmo tempo. O jovem que contava sobre o significado de suas tatuagens chama a atenção para os efeitos psicossociais dessa rivalidade, uma vez que afirma “ser um caminho sem volta”, tanto pelo código moral engendrado pelas facções de “batismo” e hierarquias, quanto pelas constantes memórias dos assassinatos. Os sentimentos de vergonha em oposição ao orgulho e reconhecimento dos outros, além de pesadelos e memórias de um acontecimento que se estende para além do momento, causando cansaço e desgaste emocional. Em diálogo, Racionais afirma que “o cheiro é de pólvora e eu prefiro rosas”, ao passo que o que se coloca é a difícil questão de “viver pouco como rei ou muito como um zé”, como já enunciado aqui, pois esse adolescente relatava os riscos de *entrar no jogo*, pois, se hoje ele vivia, amanhã ele poderia ser morto, mas teria vivido o mais próximo de um rei. Sendo assim, “considerado” por pares e por pessoas de seu território, galgando espaços para experimentar as realizações materiais e subjetivas que o crime pudesse trazer, ao mesmo tempo que reconhecia como a letalidade é uma realidade cotidiana. Viver muito como um zé, em contraposição, seria uma vida distante do crime e mais próxima de uma vida longa,

mas medíocre, precária e invisível, dadas as exclusões, as violações de direitos e oportunidades diminutas a juventudes periferizadas.

## Famílias, cuidado e trabalho

Nesse contexto necrobiopolítico que investe na desumanização destas juventudes marginalizadas, percebemos as redes de afeto como formas de re-existência e singularização que criam possibilidades de vidas e relações que desafiam o projeto colonial (SILVA; FREITAS, 2018). Foi possível identificar, nesta perspectiva, algumas relações apontadas pelos jovens como produtoras de novos sentidos e caminhos para suas vidas. Durante os dois grupos desenvolvidos, contamos com a presença de adolescentes que eram pais e em nossos diálogos, era muito comum as falas sobre seus filhos e família como um aspecto essencial em suas vidas, trazendo-lhes alegrias e os motivando a ficar vivos. Presenciamos, por exemplo, um adolescente aconselhando outro participante do grupo ao dizer para ele tomar cuidado, pois nada pior do que passar o natal preso no centro socioeducativo e longe da família. Outro adolescente, ao falar das mudanças que pretendia para a sua vida, disse que tinha decidido *mudar* porque não queria fazer a mãe dele chorar novamente por sua causa. Cenas como estas borram o signo que associa o exercício da masculinidade destes jovens negros apenas à violência (HOOKS, 2019).

Outro ponto a ser destacado é o acompanhamento dos jovens nas idas semanais aos CREAS. Durante os anos dos Projetos, percebemos que dos jovens participantes que eram acompanhados, quase todos contavam com a presença de mães, irmãs ou namorada e apenas dois foram acompanhados por homens. Observamos, nas relações dos jovens com as mulheres acompanhantes, a similaridade da posição de passividade, zelo e suporte assumidas por elas. Já em um dos casos que tivemos uma presença masculina, por exemplo, presenciamos a participação ativa do acompanhante, que se posicionava como responsável do jovem, embora fosse apenas seu irmão, e trazia em seu discurso, de forma muito marcante, o valor moralizante do trabalho. Segundo ele, seria o trabalho o possibilitador de uma qualidade de vida para si e para a família, um agente de responsabilização e um discriminador social entre jovem e “vagabundo”, principalmente aos olhos da polícia.

Para além das discussões sobre abandono parental no Brasil, que poderiam nos auxiliar nesta reflexão, pontuamos aqui a manutenção das formas tradicionais de organização familiares, nas quais às mulheres guarda-se o lugar do cuidado mais afetivo, próximo, e aos homens cabe o lugar do prover, distante. Embora este modelo familiar nem sempre condiz com a realidade, como aponta Nogueira e Miranda (2017), à figura simbólica do pai, reserva-se a provisão econômica e moral, além da mediação com o mundo externo. Pensando, então, paternidades negras, compreende-se que estas carregam traumas, dificuldades e inquietações reflexos dos contextos racistas, machistas e sexistas nos quais homens negros estão inscritos, comprometendo diariamente a saúde mental e física dos sujeitos envolvidos na relação (PEREIRA *et al*, 2019). Assim, ainda segundo os autores, estas relações paternas, muitas vezes, são guiadas por estratégias de sobrevivência e zelo para a progênie na luta não só pela vida, mas pela qualidade de vida em uma sociedade colonial.

## Considerações finais

A união dos projetos Histórias Desmedidas e Traficando Saberes em “Traficando Histórias” segue por uma perspectiva de fortalecimento das ações de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, com o objetivo de contribuir para a construção de um sistema socioeducativo guiado por um viés educativo e humanizante. Por isso, investimos em um exercício teórico-metodológico transdisciplinar que busque dialogar, refletir, compartilhar experiências e elaborar formas de existir alternativas às sociabilidades e papéis pré-determinados às juventudes, especialmente negras e periféricas. A construção desse espaço co-habitado pela Psicologia e pelas Ciências Sociais permite a dissolução de fronteiras entre sociedade e sujeito, privado e social, pedagógico e psicológico, nos permitindo complexificar as relações entre juventudes, infração e responsabilização.

Assim, através dessas ações transdisciplinares, questionamos a reprodução e os possíveis desvios das lógicas normativas do modelo hegemônico de masculinidade, nos apoiando em uma análise das dinâmicas de racismo e sexismo produzidas na modernidade, bem como dos efeitos destas na produção de subjetividades. Além disso, nosso trabalho busca incidir no campo das medidas socioeducativas,

refletindo sobre as práticas institucionais e buscando criar caminhos pedagógicos comprometidos com a liberdade.

Dedicamos este capítulo à memória de Wanderlan e Bruno, dois jovens criativos e carinhosos que caminharam com a gente e tiveram suas vidas ceifadas meses após o projeto. Wanderlan nos conheceu por acaso, foi ao CREAS acompanhado por sua mãe para participar de uma oficina de barbearia que seria ofertada no espaço e nos encontrou, ficou, com um sorriso no rosto. Bruno, tímido no início, acompanhou todo o projeto com seu irmão gêmeo e a presença constante de sua mãe, nos mostrou as belezas do reggae, da família e do ser jovem. Sua histórias desmedidas foram interrompidas. No Ceará, as juventudes lutam por vida, memória e desmonte dos caminhos de morte legitimados pelo Estado.

## Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Quem é froxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 19, s/n, p. 173-188, 1999.

ANDRÊO, C. *et al.* Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n.1, p. 46-67, 2016.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu** (53). 2018.

COSTA, A. C. G. **Socioeducação**: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n.27, p. 19-52, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.

FIALHO, L. M. F. **Assistência à criança e ao adolescente “infrator” no Brasil:** breve contextualização histórica. 2a ed. Fortaleza: EDUECE, 2016.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

HOOKS, b. **Olhares Negros: Raça e Representação.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>.

LOBATO, F. N. F. *et al.* “O que a gente vai fazer próxima quinta?": oficinas de direitos humanos com jovens em cumprimento de medida socioeducativa. In: VI Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Facções, Crimes e Segurança Pública, 2021, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: LEV, 2021. p. 755-762.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.

NOGUEIRA, C. G. M.; MIRANDA, M. H. G. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. **Interritórios: Revista de Educação Universidade Federal do Pernambuco**, Caruaru, BRASIL, v. 3, ed. 5, p. 120-140, 2017.

PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PEREIRA, A. O. *et al.* Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: Exercícios de autorreflexão emancipatórios. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s. l.], ano 2020, v. 5, ed. 2, p. 79-102, 2019.

RIZZINI, I. Caminhos para além das grades de ferro. In: ZAMORA, Maria H. (Org.) **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, F. R. N.; FREITAS, G. J. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. **Tensões Mundiais**, [s. l.], v. 14, ed. 26, p. 129-155, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/887/775/>.

VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.